



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES  
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívico-Administrativa  
Brasília - Brasil – CEP: 70.150-908  
Telefones: (55-61) 3411-4246/3411-4330  
Fax: (55-61) 3326-8449

## **XXV Reunião Especializada da Mulher do Mercosul**

Assunção, Paraguai, 06, 07 e 8 de junho de 2011

### **Informe do Brasil**

Período: dezembro de 2010 a maio de 2011

Brasília, junho de 2011.

XXV Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL  
Assunção, Paraguai, 06, 07 e 08 de junho de 2011.

Informe do Brasil  
Período: dezembro de 2010 a maio de 2011

Apresentação

O período que abrange o presente informe é marcado por um momento de grande importância para a história política das mulheres brasileiras. É com muito orgulho que desde o dia primeiro de janeiro de 2011 a República Federativa do Brasil tem pela primeira vez uma mulher como a mais alta autoridade do poder executivo nacional, a Presidenta Dilma Rousseff.

Preocupada em garantir a equidade de gênero nos espaços de poder, a nova presidenta demonstrou desde o início do seu mandato o desejo em formar uma equipe com um número maior de mulheres nos altos cargos. Assim, foram nomeadas nove ministras para compor o alto escalão do governo, alterando de forma substantiva a presença de mulheres neste posto, que havia sido ocupado, nos anteriores 121 anos de história republicana, por somente 18 mulheres.

A transição de governo trouxe mudanças na gestão da Secretaria de Políticas para as Mulheres com a nomeação da deputada federal Iriny Lopes como Ministra de Estado Chefe da SPM. A prioridade adotada pela nova gestão é o combate à feminização da pobreza e a promoção da autonomia das mulheres, alinhando-se a meta estabelecida pela nova presidenta, de erradicar a pobreza extrema no Brasil.

Ainda assim, está sendo dada continuidade aos trabalhos e linhas de ação iniciadas pela gestão anterior. A nova ministra, ao assumir o cargo, afirmou que “Não estamos começando nada novo, estamos dando continuidade, em um momento em que precisamos aprofundar e em um momento especial em que temos a primeira presidenta do Brasil”. Assumiu também o compromisso de dar um tratamento decisivo ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Outra prioridade da atual gestão é o diálogo sistemático com a sociedade civil, buscando aprofundar a relação com o movimento de mulheres. Essa parceria é considerada fundamental para garantir um processo amplo e democrático de construção da III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A terceira conferência nacional foi convocada pela Presidenta Dilma Rousseff, através de decreto, e terá coordenação conjunta da SPM e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Será realizada em etapas complementares: as conferências municipais, que ocorrerão no período de 1º de julho a 31 de agosto; as conferências estaduais, no período de 1º de setembro a 31 de outubro, as conferências temáticas no período de 1º de julho a 30 de outubro e a etapa nacional no período de 12 a 14 de dezembro, em Brasília. No evento nacional está prevista a participação de mais de três mil mulheres.

O objetivo da conferência é ser um espaço de discussão e elaboração de propostas de políticas públicas para a construção da igualdade de gênero e o fortalecimento da autonomia das mulheres, de forma a contribuir com a erradicação da pobreza e o exercício da plena cidadania pelas mulheres brasileiras.

Foram estabelecidos os seguintes temas a serem tratados na conferência: análise da realidade nacional social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero; avaliação e aprimoramento das ações e políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e definição de prioridades. Todas as discussões da Conferência, sobre as temáticas ou sobre os documentos, deverão incorporar as dimensões de classe, gênero, étnico racial, geracional e da livre orientação e liberdade sexual da sociedade brasileira.

Marcando este momento histórico, a SPM lançou no “Dia Internacional da Mulher” uma campanha institucional com o slogan “*Quando as mulheres transformam a sua história, o Brasil inteiro se transforma com elas*”. Foram divulgadas peças de televisão, rádio, internet e revista, com o foco na autonomia das mulheres e no seu protagonismo para conquista e exercício dos seus direitos. Buscou-se reforçar o papel da mulher como agente transformador no processo de desenvolvimento econômico e social do país

Para alcançar a grande meta de erradicar a miséria extrema no Brasil, estabelecida como prioridade pela Presidenta Dilma Rousseff, e contribuindo diretamente para acelerar e ampliar as políticas para as mulheres, especialmente na construção da autonomia econômica, foi lançado no último dia 02 de junho, em Brasília, o Plano Brasil Sem Miséria.

Sua meta é retirar 16,2 milhões de brasileiros/as da situação de extrema pobreza, agregando transferência de renda, acesso a serviços públicos, nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento e energia elétrica, e inclusão produtiva. Tal programa é formado por um conjunto de ações que envolvem a criação de novos programas e a ampliação de iniciativas já existentes, em parceria com estados, municípios, empresas públicas e privadas e organizações da sociedade civil. O governo federal quer incluir a população mais pobre nas oportunidades geradas pelo forte crescimento econômico brasileiro.

O objetivo é elevar a renda e as condições de bem-estar da população. O Brasil Sem Miséria vai localizar as famílias extremamente pobres e incluí-las de forma integrada nos mais diversos programas de acordo com as suas necessidades. Para isso, o governo seguirá os mapas de extrema pobreza produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os principais pontos do programa Brasil sem Miséria são a ampliação do Bolsa Família, a criação do Bolsa Verde, a capacitação de trabalhadores e a construção de cisternas, que são reservatórios de água.

## 1. Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

No período deste informe, deu-se continuidade às ações previstas no capítulo 5 do II PNPM e também ao Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos

Políticos. Criado em 2006, o Fórum conta com o apoio da SPM e é um espaço multipartidário, composto por representantes das Instâncias de Mulheres de 16 partidos políticos. O Fórum tem como objetivo discutir e elaborar estratégias para promover e fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, incidindo desde o interior dos partidos, buscando a inclusão de questões de gênero nas agendas políticas e de mulheres nos quadros partidários e eleitorais.

Neste sentido foi promovido o Seminário “Mulheres e Reforma Política”, no dia 10 de maio de 2011, em Brasília, uma realização do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos em parceria com as entidades da organização civil organizada de mulheres. Os temas discutidos foram: a reforma política - democratização do poder e a participação das mulheres; a contextualização da participação das mulheres na política; as prioridades das mulheres na reforma política e a responsabilidade dos partidos; e a construção de uma pauta mínima das mulheres para a reforma política.

Na abertura dos trabalhos, a Ministra Irliny Lopes ressaltou a importância da mobilização dos organismos de mulheres, no Congresso Nacional, para que a reforma política resulte em ações concretas do acesso das mulheres na política. Apresentou um balanço das últimas eleições. Dos 513 deputados da Câmara dos Deputados, somente 44 são mulheres. O que corresponde a 8,6%. No Senado, são 13 mulheres de 81. Isso equivale a somente 16%, fazendo com que o Brasil ocupe o penúltimo lugar nas Américas na participação das mulheres no parlamento, ficando atrás apenas para o Panamá. Portanto, a ministra defendeu o financiamento público das campanhas e a lista partidária alternada, com um homem e uma mulher e afirmou que é preciso que as mulheres exerçam de forma plena sua cidadania, pois não há democracia sem igualdade.

## 2. Educação e Ciência

No campo da educação e ciência a SPM continua implementando os compromissos assumidos no II PNPM. Neste informe destacamos a continuidade de dois grandes programas, um relacionado mais diretamente à educação e outro voltado, em especial, para a ciência. São eles o Programa Gênero e Diversidade na Escola e o Programa Mulher e Ciência, respectivamente.

### *Programa Mulher e Ciência*

Criado em 2005, o Programa Mulher e Ciência, constitui-se em uma parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM).

São quatro os eixos que formam a base do Programa em questão: o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado anualmente; o Edital de apoio a pesquisas no campo dos estudos de gênero, mulheres e feminismos, com periodicidade bienal; o Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa –

Pensando Gênero e Ciências, realizado a cada três anos; e o apoio à criação e fortalecimento dos núcleos de gênero nas universidades, efetivado por meio de edital público lançado anualmente.

### *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*

Ainda no final de dezembro de 2010, foi realizada a premiação da 6ª edição do Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero”, concurso de redações para estudantes do ensino médio, de artigos científicos para os estudantes do Ensino Superior e de projetos pedagógicos para as escolas. Os vencedores foram agraciados com valores em dinheiro, computadores e bolsas de estudos.

O prêmio foi instituído com o objetivo de estimular a produção científica, a reflexão crítica sobre as relações desiguais existentes entre homens e mulheres e promover um ambiente democrático de discussões nas escolas e universidades de todo o país, incentivando a participação das mulheres no campo das ciências e das carreiras acadêmicas. Na sua 6ª edição concorreram ao todo 4.571 trabalhos, sendo 3.951 redações do Ensino Médio, 197 artigos de estudantes de graduação, 267 artigos de graduados, especialistas e estudantes de Mestrado, 145 artigos de Mestres e estudantes de doutorado e 11 projetos na categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero. Em todas as suas seis edições, o Prêmio recebeu 15.726 inscrições.

As inscrições para o 7º Prêmio “Construindo a Igualdade de Gênero” foram abertas no último dia 01 de junho de 2011 e os candidatos e candidatas poderão enviar seus trabalhos até o dia 16 de setembro do corrente ano. Há expectativa de que esta edição seja ainda mais provocativa, com a chegada de uma mulher na presidência.

### *Edital de apoio a pesquisas*

O resultado do terceiro Edital de Apoio a Pesquisas no campo de estudos das Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, aberto em agosto de 2010, foi divulgado em dezembro de 2010. Estão sendo investidos ao todo R\$ 7 milhões, com recursos da SPM, Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério do Desenvolvimento Agrário, no apoio a 208 projetos de pesquisa científica e tecnológica que visem a ampliar estudos neste campo. Os projetos apoiados deverão ser executados em um prazo máximo de 24 meses.

Um dos objetivos é contemplar centros emergentes, pesquisadores em início de carreira, a distribuição regional de recursos e a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Para contemplar a heterogeneidade do desenvolvimento brasileiro no campo científico há uma parcela de 30% dos recursos destinados a projetos coordenados por pesquisadores/as vinculados/as a instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Uma porcentagem de 14% dos recursos será reservada a projetos que contemplem as relações de gênero, mulheres e feminismos em suas interseccionalidades com as temáticas da ruralidade, da reforma agrária, da agricultura familiar, mulheres do campo e da floresta vivendo em áreas prioritárias de políticas públicas, como os territórios da cidadania.

Os recursos estão distribuídos em duas Categorias: A Categoria 1 é destinada a projetos de até R\$ 50 mil, cujo coordenador seja doutor há mais de cinco anos. Na Categoria 2, projetos até R\$ 25 mil, realizados por grupos de pesquisa, cujo coordenador seja doutor há menos de cinco anos.

### *Programa de Extensão Universitária*

O Programa de Extensão Universitária (PROEXT) do Ministério da Educação (MEC), em parceria com vários Ministérios, inclusive a SPM, apóia instituições públicas de ensino superior na elaboração de programas de extensão universitária que contribuam para a implementação de políticas públicas, com ênfase na inclusão sócia. O objetivo é estimular o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania e na função social da educação superior.

Dentre as áreas de abrangência do programa, podem participar projetos vinculados a temática “Mulheres e relações de gênero”, voltados para as seguintes subáreas: garantia dos direitos das mulheres; enfrentamento à violência contra as mulheres como compromisso social: sensibilizando novos profissionais quanto ao problema; promoção da disseminação de conhecimento em comunidades isoladas, áreas rurais e de floresta; mulheres jovens; e orçamento público com perspectiva de gênero.

### 3. Trabalho e Economia

No período deste informe foi finalizada a terceira edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, período 2009-2010, e realizada a entrega do Selo do Programa, no dia 08 de dezembro de 2010, a 58 empresas que cumpriram qualitativa e quantitativamente a execução das ações pactuadas com o programa. Nove delas ganharam o selo pela terceira vez consecutiva e, por isso, receberam homenagens especiais. Das organizações participantes, 29% são do setor de minas e energia, 28% da administração pública direta e 43% são de outros setores.

O Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero é o reconhecimento do esforço feito pelas organizações premiadas na implementação em seu cotidiano de práticas de equidade de gênero. O programa propicia às empresas promover mais cidadania e a difusão de práticas exemplares das organizações públicas e privadas de oportunidades iguais e respeito às diferenças no mundo do trabalho.

Criado em 2005, o Programa Pró-Equidade de Gênero é uma iniciativa da SPM, inserido no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Incentivando a adoção e o desenvolvimento de novas práticas de gestão de pessoas para alcançar a equidade de gênero no mundo do trabalho, ele reafirma os compromissos de promoção da igualdade entre mulheres e homens e de eliminar todas as formas discriminação. O Programa conta com a parceria do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Desde a sua primeira versão, as adesões ao Programa vêm

crescendo. Das 122 empresas e instituições que já participaram em alguma de suas edições, 92 receberam o selo.

No dia 17 de maio de 2011, houve o lançamento da 4ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Participam da cerimônia a ministra Luiza Bairros, da Secretaria de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Laís Abramo, diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, e Rebecca Reichamann Tavares, representante da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) no Brasil e Cone Sul, Emília Fernandes, presidenta do Fórum de Mulheres do Mercosul/Brasil, as deputadas Janete Pietá, coordenadora da Bancada Feminina, Alice Portugal e Benedita da Silva, além de dezenas de representantes de empresas públicas e privadas que fazem parte do Programa.

Outra importante iniciativa voltada à promoção da autonomia das mulheres foi o Protocolo de Intenções celebrado entre SPM e a Caixa Econômica Federal, empresa pública agraciada por três vezes consecutivas pelo Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero. A assinatura deste protocolo foi realizada no evento “*O Empreendedorismo e o Empoderamento de Mulheres Transformando Vidas e Comunidades*”, em comemoração ao mês da mulher, promovido pela Caixa Econômica Federal.

O seu objetivo é garantir, por meio de microcrédito, a autonomia econômica das mulheres com condições de acesso ao crédito, de forma sustentável, e demais serviços financeiros que possibilitem o desenvolvimento de atividades empreendedoras que geram emprego e ampliam a renda das famílias.

O Programa de Microcrédito Produtivo Orientado para as Mulheres será lançado no mês de junho, com o aporte inicial de 15 mil cartas de créditos em todo o país. A primeira fase será realizada em 50 municípios que já possuem uma estrutura de políticas para as mulheres e posteriormente ampliada aos demais. O projeto visa promover a autonomia econômica das mulheres, com condições de acesso ao crédito de forma sustentável e demais serviços financeiros, fortalecendo e ampliando sua inclusão no mercado de trabalho com apoio a iniciativas produtivas e geração de trabalho e renda. Dialogando diretamente com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a intenção do programa é ser um instrumento de apoio, uma vez que a sustentabilidade econômica das mulheres é considerada um dos fatores de sucesso para erradicação da miséria.

O “Dia Internacional das Trabalhadoras Domésticas”, 27 de abril, foi celebrado pela SPM com o lançamento de um relatório produzido pelo Grupo de Trabalho tripartite sobre o trabalho doméstico. O Grupo de Trabalho foi instituído em maio de 2010 e é composto por representantes da SPM, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Secretaria-Geral da Presidência da República, Ministérios do Trabalho e Emprego e Previdência Social, Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, Central Única dos Trabalhadores, Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Também participaram do GT como convidadas representações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (ONU Mulheres) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

O estudo do GT traz informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), de 2008. Segundo os dados, as trabalhadoras domésticas representavam 15,8% do total da ocupação feminina e somente 26,8% do total tinham carteira de trabalho assinada. A situação das trabalhadoras domésticas negras era ainda mais precária. Entre os 73,2% que não possuíam vínculo formal de trabalho, as trabalhadoras negras correspondiam a 59,2%.

O documento final propõe entre outras ações como a revisão do artigo 7º da Constituição Federal e seu parágrafo único, que exclui direitos trabalhistas para a categoria das trabalhadoras domésticas, a regulamentação da jornada de trabalho; o acesso à qualificação e escolaridade (Programa Trabalho Doméstico Cidadão); o combate ao racismo, ao sexismo, ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho; e a criação do ligue-denúncia trabalho doméstico. A intenção do governo é debater com os parlamentares mudanças na Constituição para estender direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas.

Ainda com relação aos direitos das trabalhadoras domésticas, foi divulgada no mês de abril a campanha de rádio “Respeito e dignidade para as trabalhadoras domésticas: uma profissão como todas as outras”, para emissoras comerciais, comunitárias, universitárias, sindicais, entre outras, de todo o Brasil. A iniciativa tem o objetivo de divulgar os direitos das trabalhadoras domésticas e valorizar o trabalho doméstico. São três spots de 30 segundos gravados com: a presidente da Fenatrad - Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, um empregador e uma trabalhadora doméstica.

A iniciativa é assinada pela OIT - Organização Internacional do Trabalho, ONU Mulheres - (antes UNIFEM) e Fenatrad, com o apoio da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

#### 4. Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

No período deste Informe, o Governo brasileiro deu continuidade à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. Destaca-se a adesão do governo do Distrito Federal, em dezembro de 2010, e do governo do Estado do Rio Grande do Sul, em maio de 2011, sendo este o último Estado da federação a assinar o Pacto.

Lançado em agosto de 2007 pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo Federal, o Pacto consiste num acordo federativo entre o Governo federal, os governos dos Estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

A proposta do Pacto é organizar as ações pelo enfrentamento à violência contra mulheres, com base em quatro eixos/áreas estruturantes (Implementação da Lei Maria da Penha e Fortalecimento dos Serviços Especializados de Atendimento;

Proteção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da aids; Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres; Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão); alinhando aspectos técnicos, políticos, culturais, sociais e conceituais a cerca do tema, orientando procedimentos, construindo protocolos, normas e fluxos que institucionalizem e que garantam legitimidade aos serviços prestados e às políticas implementadas.

Outra importante ação desenvolvida nesse período no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres foi a Campanha de Mobilização em Defesa da Lei Maria da Penha. Sancionada em 7 de agosto de 2006, a Lei Maria da Penha tipifica e pune os atos de violência contra a mulher no Brasil e representa uma importante conquista do movimento de mulheres, tendo sido considerada, em 2008, uma das três melhores legislações do mundo na área da violência contra a mulher.

Entretanto, a aplicação da Lei Maria da Penha começou a ser pauta de noticiários e decisões do judiciário, que tentavam deslocar o foco do debate sobre os direitos humanos das mulheres para questionar a sua constitucionalidade e aplicabilidade, tentando deslegitimá-la. Por isso, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República do Brasil iniciou uma mobilização nacional em defesa da Lei Maria da Penha, com o slogan “Mexeu com a Lei, Mexeu Comigo”. O objetivo da mobilização foi não permitir retrocessos ou omissões por parte do Governo, do poder Judiciário, do Legislativo e do conjunto da sociedade.

No âmbito da mobilização e do mês das mulheres foi assinado no dia 16 de março pela SPM, Ministério Público Federal, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Estados e da União (CNPGE) e a pela Secretaria de Reforma do Judiciário, um protocolo de cooperação sobre a Lei Maria da Penha. Seu objetivo é dar maior agilidade às investigações, fortalecer as políticas de proteção para as mulheres vítimas de violência doméstica e assegurar a máxima efetividade da Lei Maria da Penha. Há um compromisso do Ministério Público Federal e dos estaduais em ampliar os núcleos de gênero e promotorias específicas em relação à violência contra mulheres.

No dia 22 de março foi realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a V Jornada da Lei Maria da Penha, com o tema “Violência contra a mulher não tem desculpa, tem lei”. Esta configura-se como um conjunto de debates cujo objetivo é discutir as políticas públicas do Poder Judiciário sobre o tema e ações integradas com outros órgãos que venham a coibir a violência contra a mulher, visa ainda estimular a criação e implantação das Varas Especializadas em Violência em todos os estados.

Na jornada deste ano foi firmado um Acordo de Cooperação entre SPM, CNJ, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Ministério da Justiça e o Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A finalidade deste acordo é promover a formação de servidores, gestores públicos e magistrados na temática de gênero e de violência contra as mulheres; incentivar e apoiar a criação e o fortalecimento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e outros serviços da rede de atendimento às mulheres em situação

de violência; realizar encontros, campanhas e cursos multidisciplinares de capacitação de multiplicadores para a implantação da Lei Maria da Penha; participar de programas nacionais que visem à efetivação da Lei Maria da Penha e das ações previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e instituir Grupo de Trabalho para adoção de medidas voltadas ao cumprimento de ações integradas de prevenção previstas na Lei Maria da Penha, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, habitação, esportes e trabalho.

Ainda no mês da mulher, o Supremo Tribunal Federal (STF) tomou uma decisão histórica para a dignidade e proteção das mulheres brasileiras. Os ministros e ministras do STF definiram, por unanimidade, que a Lei Maria da Penha está de acordo com a Constituição Nacional, ao negar o Habeas Corpus impetrado pela Defensoria Pública da União. O HC alegava a inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha e questionava o artigo 41 da legislação, que diz que os agressores enquadrados na Lei Maria da Penha não podem recorrer à Lei 9099/95, que concedia o benefício da suspensão do processo por dois anos e seu arquivamento, caso o réu não voltasse a ameaçar a vítima. Reconheceram, assim, não só a importância desta legislação, mas também reforçaram a posição dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil, que preconizam a erradicação da violência contra as mulheres.

No que se refere ao enfrentamento à violência contra as mulheres no meio rural, foi realizado em Brasília, de 30 a 31 de maio, com a presença de representantes do governo federal e da sociedade civil o Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e das Florestas. Seu objetivo foi apresentar as ações ministeriais com base nas diretrizes de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta; discutir as propostas de dotação orçamentária dos respectivos Ministérios para o Plano Plurianual (2012 – 2015) e definir a participação das mulheres do campo e da floresta na 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

O Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo e das Florestas foi instaurado em agosto de 2007, por meio da SPM, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e demais Ministérios, em resposta a uma demanda histórica da Marcha das Margaridas, importante mobilização social das mulheres rurais e camponesas e da floresta. Ele está incluído no Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, visando ampliar, fortalecer e garantir ações do Estado brasileiro para o enfrentamento à violência contra as mulheres rurais.

Um importante avanço para a construção de dados oficiais sobre violência contra a mulher no Brasil foi o estabelecimento da Portaria 104 do Ministério da Saúde que passa a integrar os casos de violência doméstica e sexual na Lista de Notificação Compulsória de doenças e agravos e eventos de importância para a saúde pública de abrangência nacional em toda a rede de saúde pública e privada. A obrigatoriedade estabelece que os profissionais de saúde devem notificar as Secretarias municipais ou estaduais sobre qualquer caso de violência doméstica ou sexual que atenderem ou identificarem.

Embora não trate especificamente da violência contra as mulheres, o texto automaticamente remete a casos de estupro e agressão física, dos quais elas são

as maiores vítimas. Atualizada pela última vez em setembro de 2010, A Lista de Notificação Compulsória é composta por doenças, agravos e eventos selecionados de acordo com critérios de magnitude, potencial de disseminação, transcendência, vulnerabilidade, disponibilidade de medidas de controle e compromissos internacionais com programas de erradicação, entre outros fatores. Com a inclusão dos casos de violência doméstica, sexual e outras formas de violência, a relação passa a contar com 45 itens.

### *Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180*

Os dados compilados da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), referentes ao total dos atendimentos realizados no ano de 2010, mostram que de janeiro a dezembro foram registrados 734.416 atendimentos, um aumento de 82,8% em relação ao ano de 2009 (401.729). O que contabiliza, de abril de 2006 a dezembro de 2010, 1.658.294 atendimentos. O grande destaque do balanço é a busca por informações sobre a Lei Maria da Penha – que representa uma conquista para as mulheres brasileiras -, com 420.313 registros.

Dos 734.416 registros, 108.026 dizem respeito a relatos de violência. Do total desses relatos, 63.831 referem-se à violência física; 27.433 à violência psicológica; 12.605 à violência moral; 1.839 à violência patrimonial; 2.318 à violência sexual; 447 a cárcere privado; e 73 a tráfico de mulheres. Em 2010, foram registradas 58.714 ocorrências de lesão corporal e 15.324 de ameaças, o que correspondem a 55% e 14,4% do total de relatos de violência, respectivamente.

### 5. Saúde da Mulher, Direitos Sexuais e Reprodutivos

Um importante programa na área da saúde da mulher lançado logo no início do governo da presidenta Dilma é a denominada “rede cegonha”. O programa é composto por um conjunto de medidas para garantir o atendimento adequado, seguro e humanizado a todas as mulheres, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê. As medidas previstas na Rede Cegonha – coordenadas pelo Ministério da Saúde e executadas pelos Estados e Municípios, que deverão aderir às medidas – abrangem a assistência obstétrica, com foco na gravidez, no parto e pós-parto como também a assistência infantil.

A Rede Cegonha contará com R\$ 9.397 bilhões do orçamento do Ministério da Saúde para investimentos até 2014. Estes recursos serão aplicados na construção de uma rede de cuidados primários à mulher e à criança. A meta é levar as ações inseridas na Rede Cegonha a todo o país. Inicialmente, o cronograma de implantação da rede priorizará as regiões da Amazônia Legal e Nordeste – que têm os mais altos índices de mortalidade materna e infantil – e as regiões metropolitanas, envolvendo a maior concentração de gestantes. Porém, qualquer município pode aderir à Rede.

A SPM participou ainda do Simpósio Internacional de Redes de Atenção à Saúde Materno-Infantil, que ocorreu nos dias 18 e 19 de abril, em Brasília, e teve como previsão a troca de experiências internacionais e nacionais bem-sucedidas sobre a

atenção obstétrica e infantil, com foco nas ações que visam reduzir a mortalidade materna e infantil. O evento foi organizado pelo Ministério da Saúde e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

O simpósio reuniu representantes de alto nível técnico e político do Ministério da Saúde para sensibilizar os atores estratégicos do Serviço Único de Saúde (SUS) sobre a necessidade de aprimorar a atenção ao parto e para construir alianças estratégicas, apresentar estudos científicos e evidências de gestão no Brasil e outros países; e estimular o debate sobre o impacto de soluções inovadoras na atenção materno infantil no SUS. O evento foi destinado aos gestores que vão implementar a Rede Cegonha nos distritos sanitários prioritários, da Amazônia Legal, Nordeste e nove regiões metropolitanas. Os representantes de países da América do Sul que estiveram presentes conheceram a estratégia Rede Cegonha, modelo de atenção que amplia e fortalece a assistência às grávidas e às crianças até o segundo ano de vida.

No que tange ao enfrentamento da feminização do HIV/aids, foi realizada uma campanha no carnaval 2011 de prevenção às DST's, HIV/Aids e hepatites, uma parceria entre SPM e Ministério da Saúde. O enfoque da campanha foi as jovens de 15 a 24 anos, por estarem estas entre os grupos mais vulneráveis ao HIV/aids. A campanha quis sensibilizar a juventude sobre a importância da negociação no uso do preservativo, destacando o quanto a camisinha pode ser fundamental no combate não só à Aids, mas a outras doenças sexualmente transmissíveis.

A escolha do público alvo ampara-se em dados epidemiológicos do Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância em Saúde. De acordo com o Boletim Epidemiológico 2010, os casos de aids em homens e mulheres jovens, de 13 a 19 anos, de 1980 até junho de 2010, correspondem a um total de 12.693. Nessa faixa etária, o número de casos de aids é maior entre as mulheres: oito casos em homens para cada dez em meninas, enquanto que nas demais faixas etárias o número de casos de aids é maior entre homens do que entre mulheres.

Um importante avanço no que diz respeito aos direitos sexuais no Brasil e em direção ao reconhecimento dos direitos civis da comunidade homoafetiva, foi o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, da união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar.

Esta foi a primeira vez que o STF avaliou se a união entre pessoas do mesmo sexo pode ser enquadrada no regime jurídico de união estável e analisou se a união homoafetiva poderia ser considerada como entidade familiar. O parecer positivo afirma o reconhecimento de que as uniões homoafetivas encontram seu fundamento em todos os dispositivos constitucionais que tratam da dignidade humana e da igualdade de tratamento entre os cidadãos.